



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

09 de novembro de 2012



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: ADISC	Editoria: Coluna pelo Estado	Data: 09/11/2012
Assunto: Pacto		Página: Online



Pacto O secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps, e a gerente de Educação Fundamental, Marilene Pacheco, participaram do lançamento do *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa* (PNAIC), ontem, em Brasília. O programa foi anunciado pela presidente Dilma Rousseff e pelo ministro da Educação, Aloizio Mercadante. O Estado de Santa Catarina está entre os que aderiram ao programa, visando melhorar os índices do IDEB por meio da formação continuada dos professores alfabetizadores e disponibilização de materiais didáticos para escolas e professores.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: ADISC	Editoria: Coluna pelo Estado	Data: 09/11/2012
Assunto: Orgulho		Página: Online



Orgulho Nos próximos dois anos, cerca de 2,5 mil professores catarinenses participarão de curso de formação continuada com carga horária de 120 horas/ano, baseado no Programa Pró-Letramento. Em 2013, a formação será em Linguagem e, em 2014, em Matemática. Mesmo antes desse esforço, o estado já foi apontado pelo ministro como destaque nacional por ter apenas 5% das crianças com até 8 anos que não sabem ler e escrever. O pior índice do país está em Alagoas (35%), seguido pelo Pará (32%).



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Jornal de Santa Catarina	Editoria: Política	Data: 09/11/2012
Assunto: Alfabetização na idade certa		Página: Online

JORNAL DE SANTA CATARINA
www.santa.com.br

Pacto

Alfabetização na idade certa

Dilma Rousseff anuncia investimento de R\$ 2,7 bilhões para o ensino de crianças até oito anos

BRASÍLIA - O governo federal vai investir R\$ 2,7 bilhões nos próximos dois anos para que as crianças brasileiras sejam alfabetizadas até os 8 anos, ao final do terceiro ano do ensino fundamental. A medida faz parte do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa lançado ontem pela presidenta Dilma Rousseff, no Palácio do Planalto.

De acordo com o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, a média nacional de crianças não alfabetizadas aos oito anos chega a 15,2%. Essa taxa alcança índices ainda maiores e, em alguns casos chega a dobrar, em estados como Maranhão (34%) e Alagoas (35%). A menor taxa é registrada na região Sul, com o índice de 4,9% de crianças não alfabetizadas.

– Considero esse programa a prioridade das prioridades do Ministério da Educação (MEC). É o maior desafio histórico e que esse país deveria colocar no topo de agenda de todos os gestores – disse Mercadante.

Durante o discurso, de encerramento da solenidade, Dilma estava visivelmente comovida ao se referir à importância da educação como base sólida para o desenvolvimento efetivo do Brasil.

– Nós não podemos ficar insensíveis à situação das crianças não alfabetizadas. O que está em jogo é o futuro do Brasil – disse a presidente, reforçando que a eficiência da educação infantil está na raiz do desenvolvimento do país.

Ao todo, 5.270 municípios das 27 unidades federativas já aderiram ao pacto, que envolve a capacitação de 360 mil professores alfabetizadores. Trinta e seis universidades públicas vão preparar cursos de 200 horas para uniformizar procedimentos educacionais em todo país. Os recursos também vão garantir uma bolsa de R\$ 750 mensais aos orientadores, que vão capacitar os professores alfabetizadores.

MEC vai criar duas provas para mensurar resultados do programa

Com o pacto, o MEC vai distribuir 26,5 milhões de livros didáticos nas escolas de ensino regular e do campo, além de 4,6 milhões de dicionários, 10,7 milhões de obras de literatura e 17,3 milhões de livros paradidáticos.

Para mensurar os resultados do pacto entre as crianças brasileiras, o MEC vai implementar duas avaliações. Ao final do segundo ano, será aplicada a nova versão da Provinha Brasil, feita pelos próprios professores dentro de sala de aula. No final do terceiro ano, será aplicada uma nova prova, ainda sem nome, regras ou datas definidas. Essa avaliação ficará a cargo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Além das medidas anunciadas, a pasta vai investir R\$ 500 milhões em premiação para as melhores experiências de alfabetização.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Portal da Ilha	Editoria: Notícias	Data: 09/11/12
Assunto: Santa Catarina é referência na alfabetização na idade certa		Página: Online



Santa Catarina é referência na alfabetização na idade certa

Publicado em 09/11/2012 às 11:16:20

Ministra destaca que programa lançado hoje pelo Governo Federal pode zerar índice no Estado

Santa Catarina tem apenas 5,1% de crianças não alfabetizadas na idade certa, ou seja, até os oito anos ou terceiro ano do ensino fundamental. O dado é o segundo melhor do Brasil, sendo a média nacional de 15,2%.



Segundo a ministra-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, o Estado pode zerar esse índice, uma vez que **259** municípios já aderiram ao **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**.

O pacto foi lançado pela presidenta Dilma Rousseff, nessa quinta-feira (8), em Brasília.

Nos próximos dois anos, o Governo Federal vai investir **R\$ 2,7 bi** na formação de professores, compra de material, implantação de bibliotecas e de sistemas de gestão.

“É uma ação conjunta entre os governos Federal, Estadual e Municipal com o objetivo de reduzir o percentual de crianças não alfabetizadas aos 8 anos até zerar esse índice. Em Santa Catarina, temos um número abaixo da média nacional e será mais fácil atingir esta meta, o que mostra o quanto estamos comprometidos com o desejo da presidenta Dilma de priorizar investimentos para a Educação e dar oportunidades iguais de competitividade a todos os estudantes brasileiros”, disse a ministra.

Idade Certa

Segundo o MEC, o conceito de alfabetização que o Governo Federal está trabalhando refere-se às crianças plenamente alfabetizadas, que tenham capacidade de ler e entender o que estão lendo e de escrever expressando as ideias que têm para esta fase etária. Para uma criança entender o que está lendo, precisa ter noção de ciência, matemática, espaço, tempo, história, um pouco de geografia. Tudo isso estará ligado nas atividades previstas no ciclo da alfabetização.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: ADJORI	Editoria: Educação	Data: 09/11/2012
Assunto: SC é referência na alfabetização na idade certa, afirma Ideli Salvati		Página: Online



Segurança

SC é referência na alfabetização na idade certa, afirma Ideli Salvati

Assessoria de Comunicação da Secretaria de Relações Institucionais
9/11/2012 10:01:00

Ministra destaca que programa lançado ontem pelo Governo Federal pode zerar índice no Estado

Santa Catarina tem apenas 5,1% de crianças não alfabetizadas na idade certa, ou seja, até os oito anos ou terceiro ano do ensino fundamental. O dado é o segundo melhor do Brasil, sendo a média nacional de 15,2%. Segundo a ministra-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Ideli Salvati, o Estado pode zerar esse índice, uma vez que 259 municípios já aderiram ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. O pacto foi lançado pela presidenta Dilma Rousseff, nessa quinta-feira (8), em Brasília.

Nos próximos dois anos, o Governo Federal vai investir R\$ 2,7 bi na formação de professores, compra de material, implantação de bibliotecas e de sistemas de gestão.

“É uma ação conjunta entre os governos Federal, Estadual e Municipal com o objetivo de reduzir o percentual de crianças não alfabetizadas aos 8 anos até zerar esse índice.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Em Santa Catarina, temos um número abaixo da média nacional e será mais fácil atingir esta meta, o que mostra o quanto estamos comprometidos com o desejo da presidenta Dilma de priorizar investimentos para a Educação e dar oportunidades iguais de competitividade a todos os estudantes brasileiros”, disse a ministra.

Idade Certa

Segundo o MEC, o conceito de alfabetização que o Governo Federal está trabalhando refere-se às crianças plenamente alfabetizadas, que tenham capacidade de ler e entender o que estão lendo e de escrever expressando as ideias que têm para esta fase etária. Para uma criança entender o que está lendo, precisa ter noção de ciência, matemática, espaço, tempo, história, um pouco de geografia. Tudo isso estará ligado nas atividades previstas no ciclo da alfabetização.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 08/11/2012
Assunto: Governo promove pacto nacional para alfabetizar crianças até oito anos		Página: Online



Governo promove pacto nacional para alfabetizar crianças até oito anos

Quinta-feira, 08 de Novembro de 2012 - [0 comentário\(s\)](#) - 44 Visualizações

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa foi lançado nesta quinta-feira (8), às 11 horas, no Palácio do Planalto. A cerimônia contou com a presença da presidente da República, Dilma Rousseff, do ministro da Educação, Aloizio Mercadante, governadores, prefeitos, parlamentares e dirigentes ligados à educação.

O pacto é um compromisso já firmado entre governo federal, governos estaduais e do Distrito Federal e prefeituras para assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade ao fim do terceiro ano do ensino fundamental. Foi registrada a adesão de todas as secretarias estaduais de educação e de 5.270 municípios.

A média nacional de crianças brasileiras não alfabetizadas aos oito anos é de 15,2%, mas há estados em situação mais grave. A taxa de não alfabetização no Maranhão é de 34%; a de Alagoas, de 35%. As regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste têm índices melhores. O Paraná tem a menor taxa do país, de 4,9%. Santa Catarina registra 5,1%.

De acordo com o secretário de educação básica do Ministério da Educação, César Callegari, o MEC trabalhou intensamente pelo pacto nos últimos meses, ao lado de todos os secretários estaduais de educação e representantes da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). "É um compromisso importante para o país", disse. "O objetivo é não deixar que nenhuma criança arraste um déficit educacional pelo resto da vida; é garantir sua plena alfabetização."

O principal eixo do pacto é a formação continuada de 360 mil professores alfabetizadores, que farão cursos presenciais com duração de dois anos. No primeiro ano, com ênfase em linguagem; no segundo, em matemática. Os cursos serão oferecidos no próprio município no qual o professor trabalha. Os profissionais receberão uma bolsa para participar da atividade.

A formação será supervisionada por aproximadamente 18 mil orientadores de estudo, capacitados em 34 universidades públicas do país. Eles serão selecionados dentro da própria rede pública, pela experiência em alfabetização e coordenação pedagógica. "São os melhores professores e mais experientes", salientou Callegari. "São os professores dando aula para os professores."



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Entre as ações do pacto, o MEC fornecerá o material necessário para garantir a cerca de 8 milhões de alunos o processo da alfabetização plena nos três primeiros anos do ensino fundamental. Serão distribuídos 26,5 milhões de livros didáticos nas escolas de ensino regular e do campo, além de 4,6 milhões de dicionários, 10,7 milhões de obras de literatura e 17,3 milhões de livros paradidáticos. O pacto ainda vai assegurar uma pequena biblioteca em cada sala de alfabetização.

Outro destaque do pacto será a implementação de um sistema de avaliação, para o qual professores e escolas serão capacitados. As escolas realizarão avaliações diagnósticas, além das aferições do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), a serem realizadas para o segundo e terceiro anos do ensino fundamental. Haverá ainda um sistema de incentivo a escolas e professores que mais avançarem no processo de alfabetização. Além disso, uma prova que será aplicada a todos os alunos do terceiro ano do ensino fundamental para medir o nível de alfabetização.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: CNTE	Editoria: Educação	Data: 09/11/2012
Assunto: Mobilização virtual pede royalties do petróleo para educação		Página: Online



Mobilização virtual pede royalties do petróleo para educação



Mais uma vez as hashtags #VetaDilma e #VETAtudoDILMA voltam a aparecer nas redes sociais, mas dessa vez a mobilização virtual não tem nada a ver com o Código Florestal. O pedido dos internautas é para que a presidenta Dilma Rousseff vete o projeto de lei aprovado na Câmara dos Deputados que muda as regras para distribuição dos royalties do petróleo. Um dos pontos polêmicos é a destinação dos royalties do petróleo para a educação. O texto original do projeto, que recebia o apoio do governo, era que 100% dos royalties deveriam ser investidos em educação pública. Mas o projeto do relator Carlos Zaratrini (PTS-) foi substituído pelo que saiu do Senado e que não prevê um aporte financeiro para a área.

Também há uma mobilização dos internautas de estados produtores do petróleo, como Rio de Janeiro e Espírito Santo, que perderão dinheiro com as novas regras de distribuição. A Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico do Rio de Janeiro prevê perdas de R\$ 77 bilhões entre 2012 e 2020 com a nova distribuição dos royalties aprovada pela Câmara.

A proposta de "carimbar" os royalties do petróleo como recurso a ser investido exclusivamente nas redes de ensino era uma forma de viabilizar a meta de investimento prevista no Plano Nacional de Educação (PNE). O texto do PNE aprovado pela Câmara dos Deputados, e que seguiu para o Senado, prevê que o Brasil deve ampliar o investimento na área dos atuais 5% do Produto Interno Bruto (PIB) para 10% do PIB no prazo de dez anos.

Descontentes com a decisão da Câmara, entidades e grupos da sociedade civil ligados à educação começaram uma mobilização nas redes para que a presidenta Dilma vete o texto aprovado para tentar reverter a decisão. Em carta aberta, a União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (Undime) defendeu que "os parlamentares perderam uma grande oportunidade de vincular à educação mais uma fonte de financiamento diante das demandas históricas".

Na lista dos investimentos importantes a serem feitos em educação nos próximos anos, previstos no PNE, está a inclusão de 3, 5 milhões de crianças e adolescentes que estão fora da escola, o atendimento da demanda por vagas em creche e o cumprimento da lei que estabeleceu um piso nacional para o magistério.



Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Cidade	Data: 09/11/2012
Assunto: Incentivo aos alunos até 8 anos		Página: 07

Notícias do Dia

Incentivo aos alunos até 8 anos

Educação. Pacto Nacional reforça alfabetização; SC quer qualificar ainda mais os professores

EDINARA KLEY
edinara.kley@noticiasdodia.com.br
@online_ND

A partir de 2013, alunos de séries iniciais de escolas públicas catarinenses terão um incentivo maior em sala de aula, para que a alfabetização aconteça até os 8 anos, quando a maioria conclui o 3º ano do ensino fundamental. Lançado em Brasília, o Pnaic (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa) prevê a for-

mação continuada dos professores alfabetizadores, e novos materiais didáticos para as aulas. Cem mil alunos e 2,5 mil professores de escolas municipais e estaduais de Santa Catarina serão envolvidos no programa, anunciado ontem pela presidente Dilma Rouseff.

O secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps, que participou da cerimônia, destaca a importância do pacto. "Somos uma referência em educação, mas podemos melhorar



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

nossos resultados e qualificar ainda mais nossos professores alfabetizadores”, disse.

Na última avaliação do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), para 2011, em relação aos anos iniciais do ensino fundamental, correspondentes às turmas de 1ª a 4ª séries, o Estado alcançou a nota 5,8, segunda maior média nacional, atrás apenas de Minas Gerais, com 5,9.

Os resultados, segundo Deschamps, poderão ser avaliados

em dois anos. “As melhorias devem acontecer já no ano que vem, mas com certeza os resultados efetivos serão mostrados em 2014 e 2015”, explicou.

Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, secretário de Educação de Florianópolis e presidente estadual e da região Sul da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, também assinou o pacto representando os secretários estaduais e municipais do país. Para ele, os professores têm

que estar preparados para ensinar e incentivar as crianças para que tenham o hábito e o prazer pela leitura de diversos gêneros textuais. “É assim que se faz educação de qualidade”, disse.

Os encontros com os professores alfabetizadores serão conduzidos por Orientadores de Estudo que são professores das redes, que farão um curso específico, com 200 horas de duração por ano, ministrado Universidade de Santa Catarina (UFSC).



Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Geral

Data: 09/11/2012

Assunto: Palavra de ordem é alfabetizar

Página: 38

DIÁRIO CATARINENSE

Palavra de ordem é alfabetizar

Santa Catarina vai aderir ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, lançado ontem, em Brasília, pela presidente Dilma Rousseff e pelo ministro da Educação, Aloizio Mercadante. A ideia é garantir que os alunos sejam alfabetizados até os oito anos, quando estarão no 3º ano do ensino fundamental.

Amédia nacional de crianças brasileiras não alfabetizadas aos oito anos é de 15,2%. A de Santa Catarina é de 5,1%. Além da adesão de todas as secretarias estaduais de Educação, 5.270 municípios vão participar do pacto. Florianópolis

é um deles.

O principal eixo do pacto é a formação continuada de professores alfabetizadores. Serão 2,5 mil docentes da rede estadual de SC, que farão cursos presenciais de dois anos. No primeiro ano, em 2013, com ênfase em linguagem. Em 2014, será trabalhada a matemática.

Os cursos serão oferecidos no município onde o professor trabalha. Os profissionais receberão uma bolsa para participar da atividade. A formação será supervisionada por orientadores, que vão ser capacitados. Em SC, o treinamento será feito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), entre 18 e 22 de fevereiro de 2013.

O secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps, acompanhou o lançamento. Disse que o conteúdo de matemática também entrou no Pacto

porque há um entendimento de que a disciplina é um complemento para o processo de alfabetização.

O programa do governo federal prevê ainda a entrega de materiais didáticos para alfabetização para escolas e professores, entre eles livros, dicionários de língua portuguesa, jogos pedagógicos, obras de referência, de literatura e de pesquisa. O material será um complemento ao trabalho do professor. De acordo com Deschamps, isso não deve tirar a autonomia do profissional em sala de aula, que continuará a planejar suas aulas.

Programa quer garantir o aprendizado plena

De acordo com o secretário de Educação Básica do Ministério da Educação, César Callegari, o MEC

trabalhou pelo Pacto nos últimos meses, ao lado de todos os secretários estaduais de Educação e representantes da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.

– É um compromisso importante para o país. O objetivo é não deixar que nenhuma criança arraste um déficit educacional pelo resto da vida. É garantir sua plena alfabetização – afirmou.

Uma recente pesquisa do Instituto Paulo Montenegro revelou que o percentual da população que consegue desenvolver atividades mais complexas, como interpretar textos longos, comparar informações e interpretar tabelas, mapas e gráficos, é de 26%, os mesmos registrados em 2001. Além disso, 38% dos estudantes universitários não dominam a escrita e a leitura.

Formação docente

- **Curso presencial** de dois anos para os 2,5 mil professores alfabetizadores. O curso é baseado no Programa Pró-Letramento, com encontros mensais de 10 horas.
- **Encontros com** os professores alfabetizadores serão conduzidos por orientadores de estudo, que são professores das redes.
- **Cada orientador** de estudo terá uma turma 25 professores alfabetizadores de um mesmo ano/série ou de turma multisseriada.
- **Fundo Nacional** de Desenvolvimento da Educação pagará bolsa de R\$ 765 aos orientadores e de R\$ 150 aos professores alfabetizadores.



Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Opinião	Data: 09/11/2012
Assunto: Reforço na educação de base		Página: 06

Notícias do Dia

Reforço na educação de base

Preocupado com o nível insuficiente de aprendizado dos alunos de séries iniciais no país, o governo federal lançou ontem o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Com previsão para valer já a partir de 2013, o plano tem como meta alfabetizar as crianças aos oito anos, permitindo que tenham, dali para frente, um progresso na apreensão do conhecimento que lhes permitam terminar bem o ciclo médio e acessar a universidade com méritos – e com condições de acompanhar os conteúdos ministrados no ensino superior.

A decisão é saudável na medida em que, além de reciclar milhares de professores, preconiza uma avaliação do nível de alfabetização ao final deste ciclo inicial. O pacto também vem na direção contrária de um mal que se instalou na estrutura de ensino de vários estados, que é a aprovação automática de todos os alunos, dependendo da série que estejam cursando. Pelos estragos que a prática já causou, levando à progressão sem que os estudantes estejam prontos para isso, é possível que a avaliação provoque o fim dessa distorção criada nos gabinetes da educação brasileira.

Em Santa Catarina, onde a aprovação automática também foi implantada, os últimos números do Ideb indicam uma evolução no nível do ensino básico de uma década para cá. No país, no entanto, 15,2% dos alunos não são alfabetizados até os oito anos, o que compromete todas as fases posteriores de sua formação. Para queimar etapas e acompanhar as demandas destes tempos de competitividade extrema, só assim mesmo – investindo na educação desde a base.



Veículo: A Notícia

Editoria: Você.Leitor

Data: 09/11/2012

Assunto: Educação: é preciso mudar

Página: 32

A NOTÍCIA

Educação: é preciso mudar



FABIANO DANTAS,

professor de economia do Instituto Superior Tupy (IST-Sociesc)

Não é novidade que o acesso a uma educação de qualidade é de fundamental importância para o desenvolvimento de uma nação. Também não é informação nova que a valorização do professor, principalmente no ensino básico, é condição necessária para alcançar a desejada qualidade na educação.

Exatamente por este fato é que assusta e preocupa a comparação feita entre os salários dos professores do 6º ao 9º ano do Brasil e a média dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O salário no Brasil é menor do que a metade do que recebem em média os professores dos países da OCDE.

Como dentro da OCDE existem diversos países com níveis de desenvolvimento distintos ao apresentado pelo Brasil, a comparação pode ser considerada injusta. Portanto, a consultoria Metas - Avaliação e Proposição de Políticas Sociais fez uma comparação entre o salário dos professores

e dos demais profissionais do País e os números novamente assustam. Um professor da rede pública, com curso superior e pelo menos 15 anos de experiência, ganha, em

média, US\$ 15,4 mil por ano, enquanto os demais profissionais do Brasil ganham, em média, US\$ 31,7 mil.

É latente a necessidade de valoriza-

ção a esta carreira tão importante para o desenvolvimento de qualquer nação. Mas também não é condição suficiente para a melhora, ou seja, não será a solução para todos os problemas. É necessário investir também na infraestrutura das escolas, no acesso a todas as crianças. Além de realizar uma revisão de conteúdos para que a educação formal realmente forme cidadãos conscientes e com poder de análise crítica, ao invés de apenas instruir a respeito de conceitos cobrados em provas de vestibular ou concursos públicos.

Em épocas de eleição, muito se fala a respeito da melhora da educação e da valorização da carreira de professor. É preciso que estas propostas e promessas sejam realmente factíveis e se tornem reais. Uma nação desenvolvida precisa de cidadãos conscientes, que se apresentem como os guardiões de seus direitos e cumpridores dos seus deveres. E para alcançar este patamar de consciência, só há um caminho: educação de qualidade.

Os professores são o fio condutor para a realização desta transformação essencial ao desenvolvimento. É preciso reaver o orgulho e a admiração ao professor, e a valorização deste profissional pode ser um bom ponto de partida. É preciso mudar.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Geral

Data: 09/11/2012

Assunto: Prédio está condenado

Página: 38

DIÁRIO CATARINENSE

COLÉGIO HISTÓRICO

Prédio está condenado

Lages

A Defesa Civil vai recomendar a demolição de uns dos mais antigos colégios de Lages. Inaugurada há 77 anos, a Escola Básica Aristiliano Ramos foi interdita em dezembro de 2011 devido a problemas de estrutura.

Os 1,3 mil alunos foram transferidos e, na próxima quarta-feira, o prédio localizado no Centro da cidade terá seu futuro definido.

A última reforma geral da escola ocorreu em 2002, mas no dia 2 de dezembro do ano passado, a Defesa Civil, com base em laudos do Corpo de Bombeiros, engenheiros da prefeitura e da Vigilância Sanitária, decidiu interditar o local por problemas

como sistema elétrico comprometido, trincas na laje de sustentação das caixas d'água e acúmulo de material orgânico de pombos, infiltração e apodrecimento do forro. Na ocasião, o governo do Estado recebeu prazo de 90 dias para tomar providências.

Como o secretário do Desenvolvimento Regional, Jurandi Agustini, havia adiantado que em três meses não seria possível cumprir as recomendações, nem mesmo fazer licitação para obras, os alunos foram transferidos.

A Escola Aristiliano Ramos está fechada há mais de 11 meses. Ontem, a reportagem do DC entrou no prédio e constatou que a fiação elétrica está exposta, o forro esfarelado de podre e há dezenas de pombas mortas em todos os cantos.